

SUPREMO CONFLAGRADO

Dino envia recados a Mendonça, e juristas veem ‘teste de limites’

Ministro aponta supostos atropelos processuais de colega; especialistas avaliam que disputa fragiliza imagem do STF



Novo round. Dino fez críticas diretas a Mendonça ao reverter afastamento do diretor-geral da Polícia Federal

PERPITA ORTEGA E PAULO ASSAD
politica@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

Ao reverter o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez ontem críticas diretas às ações do colega André Mendonça, apontando supostos atropelos processuais e até uma sobreposição ao presidente da Corte, Édson Fachin. A disputa de decisões entre os dois fragiliza a imagem da instituição, na avaliação de especialistas. O cenário de incertezas justifica, segundo juristas ouvidos pelo GLOBO, a opção de Fachin de suspender as determinações dos dois lados.

Em despacho de 18 páginas, Dino também fez menções indiretas a Mendonça, citando “pressões” em meio ao período eleitoral e a necessidade de juízes terem “recato” e atuarem com “moderação, equilíbrio e prudência”.

Ao sustentar que tinha atribuição para reintegrar o chefe da PF, Dino apontou a necessidade de resguardar medidas determinadas no curso da investigação sobre o filme “Dark horse”, que está sob sua alçada, “prevenindo interferências externas indevidas”.

Dino ressaltou, com a ressalva de não afirmar “caráter doloso da conduta de qualquer agente público”, que a interrupção de investigações “interessa, sobretudo, aos investigados”.

Ao tratar da determinação de paralisação da produção de relatórios de inteligência da PF, Dino deu mais um recado. “Compreende-se que o digno Ministro André Mendonça tenha suas divergências funcionais ou pessoais com a

Polícia Federal e possa defender os seus direitos perante a instância própria. Mas tais direitos — inerentes a qualquer parte que se sinta prejudicada — não podem converter-se em fundamento para a prolação de decisão em causa própria, com o efeito de paralisar investigações e os trabalhos policiais”.

Dino se referiu ao encontro entre o colega e o banqueiro Daniel Vercaro “nas dependências de uma empresa privada”, no caso, instituto que era vinculado a Mendonça. Dino destacou que não havia “juízo de valor antecipado” sobre o teor da reunião, mas ponderou que a situação é “complexa” e destacou que o cenário demanda “moderação, equilíbrio e prudência”.

Ainda de acordo com ele, o partido Novo, que acionou Mendonça em busca do afastamento de Rodrigues, não poderia ter apresentado este tipo de requerimento, já que legendas não são partes de processo penal.

‘CAOS INSTITUCIONAL’

Dino afirmou que a decisão de Mendonça é marcada por “atropelos processuais evidentes”. Para ele, o colega “se sobrepôs” a procedimento determinado pelo presidente do STF no curso de um procedimento do qual o próprio Mendonça é parte. “Indagase: uma parte pode ser juiz de si mesma e antecipar juízos de valor sobre relatórios da Polícia Federal que expressamente a mencionam?”.

Para ele, apenas o plenário do STF poderia apreciar “eventuais controvérsias” relacionadas ao impasse entre Mendonça e Moraes. No caso, Mendonça submeteu sua decisão sobre Rodrigues

ao crivo da Segunda Turma. Na avaliação do professor de Direito Constitucional Wallace Corbo, da Universidade do Estado do Rio (Uerj), a sucessão de decisões, na qual ele inclui Moraes, que pediu investigação contra Mendonça, “testou os limites”.

— Em termos institucionais, instaura um caos: qual decisão que vale? Qual o efeito concreto? — diz o professor, que vê na decisão de Fachin a resposta “processualmente mais adequada”.

O professor Felipe Fonte, da FGV-Direito Rio, avalia que a sucessão de decisões controversas na última semana levou a Corte a um “território não mapeado” ao colocar ministros em meio a investigações policiais. O professor vê problemas tanto na decisão de Mendonça, que afastou Rodrigues da PF, quanto a de Dino, que o restituiu ao cargo.

— A decisão de Mendonça causa perplexidade. Ela começa em um requerimento do Partido Novo. Normalmente, em matéria de crime, quem deve fazer esse tipo de postulação é o Ministério Público — diz.

Em relação à decisão de Dino, Fonte aponta que pode ter ocorrido uma violação do princípio do juiz natural, que trata da existência prévia de um juízo competente para julgar determinada demanda. A volta de Rodrigues ao cargo foi decidida após o próprio chefe da PF solicitá-la a Dino no âmbito de uma ação que trata do suposto desvio de emendas parlamentares para o filme “Dark horse”.

— Ele está escolhendo um juiz para levar a postulação. Porque nesse inquérito e não em algum outro?

Relator manda soltar filho do Careca do INSS

> O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça determinou ontem a soltura do filho do lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS, pivô do suposto esquema de descontos

indevidos em aposentadorias e pensões do INSS. Romeu Carvalho Antunes estava preso desde dezembro de 2025, alvo da Operação Sem Desconto, que investiga as fraudes praticadas na autarquia.

> O relator substituiu a prisão preventiva por medidas cautelares, como o uso de tornoze-

leira eletrônica, entrega do passaporte e proibição para sair de Brasília. Mendonça ainda proibiu Romeu de manter qualquer tipo de contato com investigados ou testemunhas da operação.

> A decisão de Mendonça contrariou a manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que defen-

deu a manutenção da ordem de prisão.

> Mendonça também decidiu ontem liberar Virgílio Antônio de Oliveira Filho, o ex-procurador INSS; e Samuel Crisóstomo do Bomfim Júnior, ex-contador da Conafer, entidade investigada por fraude. Os dois passarão a usar tornozeleira eletrônica.

Comércio em PAUTA



Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

SISTEMA COMÉRCIO SEGUIRÁ ATUANTE NO DEBATE SOBRE A ESCALA 6X1 E NA DEFESA DO AMBIENTE EMPRESARIAL

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) tem sido uma das protagonistas nos debates sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera a jornada de trabalho e extingue a escala 6 x 1. Juntamente com suas 34 federações e mais de mil sindicatos filiados, lançou, no final de agosto, uma campanha nacional conjunta com o lema: “A conta já está alta demais. Mudança das regras do trabalho às vésperas da eleição? Agora, não!”

A campanha destacou que a economia brasileira já enfrenta condicionantes severos: juros altos, crédito caro e restritivo,

endividamento recorde das famílias e empresas em dificuldade financeira. Na avaliação da CNC, antecipar uma decisão tão complexa no atual cenário vai trazer grandes prejuízos ao País.

A PEC nº 221 foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, em uma decisão que poderá ter impactos expressivos para as empresas e a economia do País. “Mudanças constitucionais nas relações de trabalho exigem análise técnica, diálogo e previsibilidade”, afirma o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros. “Não é uma discussão para ser conduzida

de forma açodada, mas sim em um ambiente que permita avaliar, com responsabilidade, seus impactos sobre empresas, empregos e trabalhadores.”

Em nota, a CNC agradeceu aos empresários, sindicatos e federações de todo o País que se engajaram no debate para evitar a votação, no atual cenário, de um tema tão relevante para toda a sociedade brasileira. A entidade também reafirmou que continuará acompanhando a tramitação da proposta, empenhada na defesa das empresas representadas, com o objetivo de garantir um ambiente de negócios seguro e sustentável.



Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal que analisou a PEC 221/2019

CONCERTOS DA ORQUESTRA JOVEM CELEBRAM OS 80 ANOS DE ATUAÇÃO E EXCELÊNCIA DO SESC

A Orquestra Jovem Sesc Brasil fará dois concertos especiais em comemoração aos 80 anos do Sesc.

No dia 11 de setembro, o grupo se apresenta no Polo Educacional Sesc, no Rio de Janeiro, com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube.com/SescBrasil. No dia 13, data do aniversário da instituição, a orquestra fará uma apresentação aberta ao público no Centro Cultural Sesc Quitandinha,

em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro.

Sob direção artística e regência do maestro Geovane Marquetti, o repertório inclui a composição orquestral Trama das Águas Dançantes, composta especialmente para a celebração de aniversário da instituição; o clássico latino-americano Mambo nº 5, de Pérez Prado; um medley com canções de Alceu Valença; e canções da trilha sonora do

filme O Auto da Compadecida, entre outras obras.

Formada por 59 jovens músicos, a Orquestra Jovem Sesc Brasil reúne alunos de projetos musicais do Sesc desenvolvidos em 11 estados. A iniciativa promove inclusão, formação artística e acesso à cultura, criando oportunidades para jovens de diferentes realidades e regiões brasileiras.



Iniciativa promove inclusão, formação artística e acesso à cultura, criando oportunidades para o público jovem.

PESQUISA PROCURA ENTENDER PERFIL DE ALUNOS E ALUNAS DO SENAC PARA DEFINIR POLÍTICAS DE DIVERSIDADE

O Senac está tabulando os resultados da Pesquisa Nacional de Diversidade, Equidade e Inclusão – Estudantes 2026, realizada no mês de agosto. O objetivo é entender qual o perfil dos alunos e alunas do Senac em todo o Brasil. Puderam participar todos os que tinham matrícula ativa até junho.

Foi disponibilizado um questionário on-line sobre a experiência durante o curso que estão fazendo. Todas as respostas foram anônimas e sigilosas, para garantir a privacidade. A pesquisa é uma iniciativa do programa Multitude Edu, o programa de diversidade, equidade e inclusão do Senac.

A iniciativa é essencial para que o Senac consiga criar políticas de diversidade com maior



precisão, legitimidade e possibilidade de mensuração dos efeitos ao longo do tempo. Ela também garante que os departamentos regionais desenvolvam práticas de acolhimento mais adequadas ao contexto de cada um.

O programa Multitude Edu tem o objetivo de sensibilizar os departamentos regionais e

fortalecer nacionalmente uma cultura organizacional de diversidade. A ideia é fomentar ações pedagógicas e de comunicação, replicar boas práticas, investir em infraestrutura e tecnologias para criar espaços pedagógicos inclusivos, além de mapear a elaboração de normativos e diretrizes.